ISSN: 2358-8829

O PLANEJAMENTO COLABORATIVO COM FOCO EM ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Fernanda Ferreira Nadolny[1]
Flávia Schena Rotta[2]
Sandra Salete de Camargo Silva[3]

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada neste trabalho é fruto de estudos e debates produzidos no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (Profei) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e integra as contribuições científicas construídas pelo Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (Epedin).

Dessa forma, a inclusão caracteriza-se por um paradigma que perpassa por diversos espaços sociais, bem como pelos educacionais, baseando-se na valorização das diferentes características humanas. Sendo assim, no contexto educacional é fundamental reconhecer todos(as) os(as) estudantes, entendendo que eles(as) possuem o direito ao acesso, participação e aprendizagem.

[1] Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (Profei), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *Campus* de União da Vitória-PR. Pós-graduada *lato sensu* em Educação Especial e Inclusiva, TEA e TGD, Educação do Campo e Libras pela Faculdade São Braz e Pós-graduada *lato sensu* Ensino de Língua Portuguesa pela UENP. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Unespar/UV e Licenciatura em Letras pela Uninter. Membro do Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (Epedin); mariafernandanadolny@gmail.com

[2] Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (Profei) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *Campus* de União da Vitória-PR. Pós-graduada em Educação Infantil, Anos Iniciais e Psicopedagogia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante e Pós-Graduada em Dinâmicas regionais: Natureza, Sociedade e Ensino pela Unespar/UV. Graduada em Licenciatura em História pela Unespar/UV e Graduada em Segunda Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vince. Membro do Espaço de Estudos e Pesquisas em Educação, Direito e Inclusão (Epedin); rottaflavia@gmail.com

[3] Professora orientadora: Doutora e Mestra em Educação. Graduada em Pedagogia e Direito. Docente Associada da Universidade Estadual do Paraná – Unespar no curso de Pedagogia e Direito, docente permanente do Programa Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (Profei) do *Campus* União da Vitória. Lidera o Epedin/Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Direito e Inclusão. Integra o Grupo de Pesquisa em Ensino e práticas Inclusivas – GPEPI/CNPQ; sandra.salete@unespar.edu.br

ISSN: 2358-8829

A Educação Infantil é a etapa de ensino que possibilita o desenvolvimento integral da criança por meio das experiências e das interações. O número de crianças Público da Educação Especial (PEE) vem crescendo nesse espaço, como as crianças Transtorno do Espectro Autista (TEA), as quais possuem diferentes necessidades de suporte. Isso implica o planejamento de atividades que possibilitem a sua participação nas diferentes propostas ofertadas, portanto, deve-se considerar uma organização pedagógica baseada no Trabalho e Planejamento Colaborativo.

O Planejamento Colaborativo possibilita a construção de estratégias pedagógicas eficientes mediante a articulação do conhecimento de todos(as) os(as)profissionais da equipe escolar. Isso corrobora com a formação em serviço, a qual possibilita trocas de saberes e práticas, visando à concretização de um espaço educacional voltado à inclusão de todos(as).

Diante do exposto, o objetivo deste estudo busca apresentar a relevância do Planejamento Colaborativo para o processo de ensino-aprendizagem de estudantes com TEA na Educação Infantil, observando o contexto histórico da Educação Inclusiva no Brasil.

A metodologia utilizada conta com análise bibliográfica, sendo uma pesquisa exploratória com base em autores(as) que estudam a temática. Nessa toada, os trabalhos foram analisados qualitativamente, embasando-se em Gil (2008), Minayo (2011) e Severino (2013).

Nesse panorama, por intermédio das discussões realizadas e da literatura analisada, evidencia-se que o Planejamento Colaborativo contribui de maneira significativa para a elaboração de estratégias que promovam a inclusão dos(as) estudantes com deficiência. Portanto, a articulação entre os(as) profissionais na Educação Infantil possibilita o fortalecimento de ações pedagógicas inclusivas.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza bibliográfica com caráter exploratório e abordagem qualitativa, no campo da perspectiva da Educação Inclusiva. A escolha desse método para investigação está vinculada ao objetivo de entender, por meio da literatura científica, como o Planejamento Colaborativo pode ser relevante para desenvolver ações inclusivas pedagogicamente para estudantes com TEA no contexto da Educação Infantil.

De acordo com Severino (2013), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de pesquisas anteriores, proporcionando ao(à) pesquisador(a) explorar as contribuições dos escritos de acordo com o tema. Nesse sentido, destaca-se os(as) principais autores(as) que fundamentam a pesquisa: Bueno (2008), Capellini e Zerbato (2019), Mendes *et al*. (2023),

ISSN: 2358-8829

Piccolo (2022) e outros(as) pesquisadores(as) que discutem e defendem as práticas inclusivas na sociedade.

Em relação ao caráter exploratório, o estudo buscou ampliar a compreensão do Planejamento Colaborativo enquanto estratégia para a participação efetiva de estudantes com TEA. Gil (2008) entende que as pesquisas exploratórias permitem um olhar geral e aproximação de um fato específico, principalmente quando é um eixo de pesquisa pouco explorado.

Outrossim, a análise qualitativa da pesquisa teve como base as reflexões de Minayo (2011), a qual aponta que o estudo qualitativo é realizado por meio do entendimento das experiências, vivências e saberes construídos por meio das ações da humanidade. Sendo assim, realizou-se uma leitura interpretativa, analisando o conteúdo dos referenciais teóricos que discorrem sobre a importância da inclusão de todos(as) os(as) estudantes no cotidiano educacional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A história da deficiência não é linear, sendo uma relação de construção social e histórica ao longo dos tempos, na qual se pensa nas características corporais ou funcionais. A definição de padrões sociais pode gerar exclusão e quando pensamos na pessoa com deficiência envolve o olhar para as barreiras que impedem a participação, segundo Piccolo (2022).

No que se refere ao percurso histórico da Educação Especial, podemos observar que ela teve vários paradigmas para se constituir. Nesse sentido, o que temos atualmente presente na sociedade é uma construção. Inicialmente o que se apresentou na sociedade era a exclusão das pessoas que possuíam alguma deficiência, pois geralmente eram escondidas e não frequentavam espaços comuns.

Mendes (2010) explana que, com o passar dos anos, iniciou-se o paradigma da segregação, pensando no atendimento destas pessoas com suporte médico e não com fundo educacional. Neste momento, havia escolas especiais para atender aos(às) estudantes com deficiência e outra escola para atender aos(às) aprendizes que não apresentavam deficiência.

Posteriormente, observou-se que para manter as duas escolas, a escola comum e a escola especial, demandava-se certo valor financeiro, dessa forma, incentivou-se o surgimento de outro paradigma, o da interação, em que os(as) estudantes com deficiências eram atendidos(as) dentro da escola comum, mas em salas separadas, chamada de classe especial. Vale ressaltar que a escola especial não deixou de existir, mas preferencialmente se atendia aos(às) estudantes com deficiência na classe especial.

ISSN: 2358-8829

Hoje vivenciamos o paradigma da inclusão, como pontua Pimentel (2012), que ainda está aos poucos se moldando na sociedade, pois é um processo lento. Atualmente esta temática está em voga nas discussões do âmbito educacional com maior presença, pois se faz necessário muitos estudos a respeito. Dessa forma, a inclusão não depende somente das leis, do(a) professor(a) ou do sistema em si, mas de um conjunto de fatores que culminam na inclusão das pessoas com deficiência no ensino comum. Necessário, assim, dar condições de acesso e permanência do(a) estudante para que a inclusão ocorra de fato na prática educativa.

Bueno (2008) reitera que a inserção de estudantes com deficiência no ensino comum começou anteriormente às reformas da educação da década de 1990. Nesse período, a inclusão apresentava-se nas políticas educacionais e, portanto, ela não surge de maneira repentina, sendo marcada por um processo histórico. Dessa forma, ele explana sobre a inclusão escolar e educação especial que,

> [...] os dois conceitos que, a meu juízo, não são sinônimos, na medida em que inclusão escolar refere-se a uma proposição política em ação, de incorporação de alunos que tradicionalmente têm sido excluídos da escola, enquanto que educação inclusiva refere-se a um objetivo político a ser alcançado (Bueno, 2008, p. 49).

Além disso, Piccolo (2022) traz uma reflexão importante quanto ao processo histórico, questionando se realmente a história da inclusão ocorreu de forma progressiva, passando necessariamente pelos paradigmas na sequência exata e não havendo avanços e retrocessos. “Em nenhum outro tempo histórico se pensou em incluir o diferente como a Modernidade o fez, todavia, jamais se excluiu tanto ou buscou-se com tamanho desejo o idêntico, reflexo de um contexto movido pela ideia de norma” (Piccolo, 2022, p. 157).

Dessa forma, podemos observar que o contexto histórico se constitui de muitas faces e todas, de alguma forma, foram importantes para construir o que temos hoje sobre a inclusão. E com olhar histórico vemos a importância do estudo do tema, a fim de pensar a inclusão como direito dos(as) estudantes PEE.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E O TRABALHO COLABORATIVO: FUNDAMENTOS PARA A INCLUSÃO

A formação continuada é um dos pilares fundamentais da prática docente, sendo por meio dela proporcionado espaços de estudo e debates sobre as vivências em sala de aula. Além

ISSN: 2358-8829

disso, possibilita conhecer novas diretrizes e conceitos pedagógicos, como os conceitos da Educação Inclusiva, visando garantir a aprendizagem de todos(as) os(as) estudantes.

Conforme Corrêa (2025), a formação de professores(as) em relação à Educação Infantil e à Educação Especial com perspectiva na Educação Inclusiva, ganha força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96, com orientações para que se atendesse as especificidades dos(as) estudantes. Sendo assim, entende-se que os(as) professores(as) devem atender as individualidades de todos(as), conforme orientações.

Ademais, a formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional do(a) professor(a), pois requer uma revisão contínua das competências pedagógicas ao longo da sua carreira. Nessa toada, Nóvoa (2022) preconiza que a formação continuada deve se articular aos conhecimentos externos à escola, como a colaboração das universidades e grupos de estudo. No entanto, ele defende que: "[...] mas é no lugar da escola que ela se define, se enriquece e, assim, pode cumprir o seu papel no desenvolvimento profissional dos professores" (Nóvoa, 2022, p. 68).

Dessa forma, a escola se torna um espaço essencial para a construção conjunta de conhecimentos para contribuir com o fortalecimento profissional. Assim, a formação em serviço apresenta um contexto importante para reflexão das práticas pedagógicas, visto que o saber dos(as) professores(as) é valorizado. Segundo Candau (2016, p. 90), a "[...]construção coletiva de conhecimentos e a busca de alternativas para os desafios que a prática educativa impõe".

Nesse contexto, a formação em serviço pode ser fortalecida por intermédio de práticas colaborativas, em que os(as) professores(as) podem compartilhar responsabilidades de acordo com os desafios relatados no cotidiano escolar. Essa colaboração visa ao Trabalho Colaborativo, em que os(as) profissionais que possuem contato com os(as) mesmos(as) estudantes planejem e decidam juntos(as) as estratégias de ensino e aprendizagem.

Dado o exposto, cabe ressaltar que há uma diferença entre o conceito de Ensino Colaborativo e Trabalho Colaborativo. O Ensino Colaborativo consiste em ser "[...] um trabalho de parceria de dois profissionais, licenciados para ensinar, que atuam como coprofessores, sendo um o 'educador geral ou de ensino comum' e o outro, um 'educador especial'" (Capellini; Zerbato, 2019, p. 38). Nesse sentido, compreende-se que nesse modelo de ensino, o(a) professor(a) do ensino comum e o(a) professor(a) especialista, trabalham juntos(as) dentro da sala de aula, o que rompe com a concepção de que a responsabilidade do ensino do(a) estudante PEE é somente do(a) professor(a) da Educação Especial.

ISSN: 2358-8829

Em relação ao Trabalho Colaborativo, compreende-se que sua perspectiva é mais abrangente, uma vez que engloba os(as) vários(as) profissionais que possuem contato com os(as) estudante para construir juntos(as) as abordagens pedagógicas inclusivas:

> Nesse planejamento, pode ser necessário consultar recursos diferentes, testá-los, entrar em contato com profissionais que não fazem parte da escola, dentre outros aspectos. Por isso, essa colaboração não deve acontecer somente dentro da escola, mas é fundamental que essa articulação entre sala comum e AEE seja a base de tudo (Oliveira, 2023, p. 116).

Sendo assim, fica evidente que nesse modelo a colaboração acontece para além da sala de aula, buscando contemplar todo o currículo escolar, desde o planejamento das atividades, processo de avaliação, até a reflexão conjunta acerca das práticas elaboradas.

Outra questão importante sobre o Trabalho Colaborativo diz respeito à cultura da paridade nas escolas, a qual deve ser fortemente incentivada para que a colaboração aconteça. De acordo com Mendes *et al*. (2023), quando a paridade é desenvolvida nas escolas, a hierarquia é deixada de lado e todos os saberes dos(as) pares são considerados e testados em comum acordo.

Dessa maneira, o papel da gestão escolar é fundamental, uma vez que, quando é proposto uma nova perspectiva de trabalho, normalmente há insegurança e resistência por parte de algumas pessoas. Capellini e Zerbato (2019) discutem que a gestão deve apoiar e auxiliar toda a equipe diante de situações de erros e acertos ao longo do desenvolvimento do Trabalho Colaborativo.

Nesse processo, entende-se que para que aconteça a efetivação de práticas inclusivas, é preciso estabelecer momentos de diálogos e sustentação nos ambientes escolares por meio das formações em serviço. Somado a isso, o Trabalho Colaborativo evidencia o fortalecimento de buscas em conjunto por ações que atendam às diferenças humanas. É nesse momento que o Planejamento Colaborativo se torna um importante eixo a ser considerado para concretizar, de maneira articulada, os objetivos e o acompanhamento educativo dos(as) estudantes.

PLANEJAMENTO COLABORATIVO COMO PRÁTICA INCLUSIVA PARA CRIANÇAS COM TEA

Quando abordamos a inclusão, pensamos no melhor atender este(a) estudante dentro de suas particularidades no ambiente da sala comum, e, para isto, precisamos usar metodologias, recursos e estratégias que nos auxiliem neste processo de ensino-aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

O Planejamento Colaborativo se faz muito oportuno, oferecendo uma forma de trabalhar em conjunto entre o(a) professor(a) da sala de aula comum e o(a) professor(a) da Educação Especial. Segundo Stopa *et al.* (2022), o Planejamento Colaborativo é o ponto chave para a inclusão escolar, pois quando olhamos a inclusão como direito, precisamos fornecer subsídios para que ela aconteça na prática educativa, pensando sempre nas acessibilidades que o(a) estudante precisa.

Rabelo (2012) explana que o Planejamento Colaborativo deve ser compreendido como sistema de parcerias entre os(as) profissionais que atendem o(a) estudante e, dessa forma, necessitam compartilhar o trabalho educativo focando sempre no desenvolvimento da escolarização com olhar inclusivo. A materialização da inclusão escolar é um grande desafio pedagógico que envolve muitas coisas, como comunicação interpessoal, arranjo físico, metas, currículo, dentre outros.

Stopa *et al.* (2022) complementam que o Trabalho Colaborativo é a articulação entre o(a) professor(a) regente e o(a) professor(a) da Educação Especial, para proporcionar o desenvolvimento do(a) estudante PEE, pois sabemos da necessidade dentro da sala de aula comum de recursos e apoio pedagógico para a inclusão.

Segundo Grossi, Grossi e Grossi (2020), incluir vai além da matrícula dos(as) estudantes com TEA, "[...] incluir está associado também com a permanência e a aprendizagem do aluno" (Grossi; Grossi; Grossi, 2020, p. 16). O(A) professor(a) necessita de preparo para que este atendimento ocorra com êxito, proporcionando estratégias, metodologias e recursos que realmente contemplem o(a) estudante PEE.

> Contudo, não existirão estratégias pedagógicas perfeitas se o professor não estiver envolvido e preparado para receber esses alunos com afetividade. O olhar do professor deve ter como foco o aluno e não somente a condição dele. Está no conhecimento e na dedicação do professor parte da solução para a inclusão dos alunos, que não podem ser segregados [...] (Grossi; Grossi; Grossi, 2020, p. 20).

Grossi, Grossi e Grossi (2020) apontam que existem muitos fatores que influenciam diretamente na aprendizagem do(a) estudante com TEA, como: a comunicação, comportamento, agressividade, dificuldade de concentração e memória. Além do mais, de contrapartida da parte docente, por vezes ocorre a falta de conhecimento sobre o TEA, currículo funcional e ambiente inclusivo.

Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) complementam que a inclusão implica a necessidade do(a) professor(a) primeiramente possuir um vínculo com o(a) estudante com TEA, para, assim, pensar nas propostas frente à prática com o(a) estudante. Também se deve

ISSN: 2358-8829

considerar que o ensino de crianças com TEA torna-se complexo em decorrência das particularidades encontradas nas próprias condições subjetivas do(a) estudante.

Estes autores (Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020) ainda relatam que o trabalho simultâneo entre os(as) professores(as) da sala de aula comum e especialistas é fundamental e tende a ser muito positivo para atender às subjetividades, incluindo(a) o(a) estudante no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim:

> O trabalho colaborativo que envolve diversos profissionais com formações e experiências diferentes pode enriquecer a prática pedagógica, porque se tem a oportunidade de ampliar o olhar sobre as dificuldades enfrentadas e ter mais pessoas responsáveis pelo processo de escolarização dos alunos (Rabelo, 2012, p. 52).

Contudo, podemos destacar que, diante desta temática, considera-se relevante o Planejamento Colaborativo como frente de atuação para oferecer maior suporte ao(à) estudante com TEA, visto que temos alguns pontos que nos chamam em seu atendimento. Dessa forma, o Planejamento Colaborativo vem para auxiliar nas habilidades, saberes e atitudes, a fim de construir uma vivência e cultura colaborativa perante a escola, entendendo que o(a) estudante com TEA está na escola comum e todos(as) devem trabalhar colaborativamente para melhor atendê-lo(a) (Rabelo, 2012).

Nesse sentido, a inclusão de estudantes com TEA vai muito além de apenas adentrar na escola por intermédio da matrícula, mas perpassa pelo olhar, pelas fragilidades e potencialidades frente às subjetividades que estes(as) estudantes apresentam. Dessa maneira, compreende-se a importância e a riqueza do trabalho em colaboração entre os(as) profissionais que atendem a esses(as) estudantes, construindo, desse modo, um espaço de ressignificação de práticas, diálogo e, principalmente, de apoio e trabalho em conjunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a literatura presente neste artigo, ela nos convida a olhar com mais sensibilidade a inclusão de estudantes com TEA, visto que, segundo Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), o número de estudantes está crescendo anualmente. Quando observamos todo o contexto escolar voltado ao ensino comum, pensamos qual é a maneira mais adequada para ensinar este(a) estudante para que ocorra seu aprendizado.

Dessa forma, ressaltamos a importância do Planejamento Colaborativo, onde vem ao encontro da construção de estratégias pedagógicas que possibilitam a articulação entre os(as)

ISSN: 2358-8829

profissionais que atendem ao(à) estudante. Sendo importante o trabalho em conjunto entre o(a) professor(a) especialista, juntamente com o(a) professor(a) regente da sala, para que assim em conjunto consigam proporcionar melhores condições de ensino ao(à) estudante com TEA (Stopa *et al*., 2022).

A formação em serviço do(a) professor(a) é fundamental nesse processo. Rabelo (2012) pontua que a formação em equipe auxilia no desenvolvimento do planejamento, considerando a sistematização do currículo, oportunizando assim uma reflexão entre pares sobre os resultados que vêm sendo obtidos com as práticas exercidas.

Ademais, a Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento integral da criança e para garantir o direito à educação delas precisa-se viabilizá-la, dando condições de acesso e permanência com qualidade para todas no ambiente escolar. Desse modo, é essencial considerar as especificidades das crianças com TEA, assegurando práticas que respeitem suas singularidades e seu processo de desenvolvimento nessa etapa de ensino.

Nesse sentido, os achados bibliográficos pontuam que a inclusão do(a) estudante PEE vai além da matrícula escolar comum, necessitando no pensar do processo ensino-aprendizagem destes(as) estudantes; no Planejamento Colaborativo como uma possibilidade rica para o trabalho com os(as) estudantes, oferecendo subsídios para a aprendizagem; e na formação continuada do(a) professor(a), fundamental para todo este processo de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as discussões realizadas neste trabalho, identificou-se que a formação em serviço oferece momentos de estudo e reflexão sobre as práticas experienciadas no cotidiano, possibilitando aos(às) profissionais mecanismos que corroborem para o enfrentamento dos desafios vivenciados de maneira colaborativa. Nesse sentido, a escola se constitui como um potente local de construção de conhecimento e formação.

Outra questão importante é que a partir dos estudos bibliográficos analisados, para a construção de práticas inclusivas, são necessárias mudanças na organização pedagógica do ambiente escolar, preconizando por um trabalho articulado entre os(as) profissionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, o Planejamento Colaborativo é evidenciado como uma possibilidade que visa à construção conjunta de estratégias relacionadas às necessidades e habilidades de estudantes com TEA no processo educativo.

ISSN: 2358-8829

Dessa maneira, considerando os resultados encontrados durante a pesquisa, os quais podem contribuir para a comunidade científica, compreende-se a importância de se organizar momentos, nos espaços de Educação Infantil, para a elaboração de Planejamento Colaborativo, envolvendo os(as) professores(as) do ensino comum, professores(as) especialistas, equipe gestora, auxiliares e demais profissionais que participam da vida escolar dos(as) estudantes PEE.

No mais, considera-se significativa a realização de outras investigações que possam ampliar esse estudo, especialmente no que se refere aos desafios e às possibilidades de práticas inclusivas vivenciadas pelos(as) professores(as) da Educação Básica, como o Planejamento Colaborativo evidenciado e sua contribuição para a aprendizagem de estudantes com TEA.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Infantil, Trabalho Colaborativo, TEA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO, J. G. S. **As políticas de inclusão escolar**: uma prerrogativa da educação especial? Brasília, DF, 2008.

CANDAU, V. M. *et al*. **Educação em Direitos Humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZERBATO, A. P. **O que é ensino colaborativo**. São Paulo: Edicon, 2019.

CORRÊA, A. M. **O fazer pedagógico inclusivo da supervisora na Educação Infantil do município de União da Vitória - PR**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual do Paraná, União da Vitória, 2025. Disponível em: https://profei.unespar.edu.br/paginas-2023/dissertacoes-e-produtos-educacionais-2025. Acesso em: 21 set. 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

GROSSI, M. G. R.; GROSSI, V. G. R.; GROSSI, B. H. R. O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações.

Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 12-40, jan./jun. 2020. DOI: 10.5935/cadernosdisturbios.v20n1p12-40

MENDES, E. G. **Inclusão Marco Zero**: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira e Martin, 2010.

MENDES, E. G. *et al*. **Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum**: dos especialismos às abordagens universalistas. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2023.

MINAYO, M. C. de S. Análise Qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007

NÓVOA, A. **Escola e Professores**: proteger, transformar e valorizar. Colaboração de Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

OLIVEIRA, J. P. **Educação especial**: Formação de professores para a inclusão escolar. São Paulo: Contexto, 2023.

PICCOLO, G. M. **O lugar da pessoa com deficiência na história**: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022.

PIMENTEL, S. C. **Conviver com a Síndrome de Down em Escola Inclusiva**: Mediação Pedagógica e formação de conceitos. Petrópolis: Vozes, 2012.

RABELO, L. C. C. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. 200 p. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/items/d3351d1e-6219-4a67-91fd-dd4f87ad9cdb. Acesso em: 20 set. 2026.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso: 21 set. 2026.

STOPA, P. C. *et al*. **Ensino e consultoria colaborativa**: da teoria à prática. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/colecoes/segunda-licenciatura-em-educacao-especial/ensino-e-consultoria-colaborativa.pdf. Acesso em: 19 set. 2026.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020. DOI: 10.1590/2175-35392020217841